



FONEMA VERSUS SOM NOS DISTÚRBIOS ARTICULATÓRIOS: DESATANDO NÓS

*Viviane Orlandi Faria**

Este trabalho focaliza os usos de “som” e “fonema” nos estudos sobre os distúrbios articulatórios, na Fonoaudiologia. O objetivo consiste em apreender com que rigor os usos de noções e conceitos da fonética/fonologia são feitos naquele campo. Dito de outro modo, estão em discussão certos ecos da Lingüística na reflexão da patologia de linguagem mencionada.

Em estudo realizado anteriormente (Faria, 1995), em que faço uma revisão crítica da literatura sobre os Distúrbios Articulatórios, pude notar que, de um lado, as alterações na produção dos sons da fala são referidas a *perturbações motoras* (ou articulatórias), comumente denominadas *dislalias* ou *distúrbios articulatórios* (funcionais). De outro lado, tais alterações referem-se a *problemas fonológicos* e são designadas “desabilidades/desvios fonológicos”.

* Doutoranda em Lingüística Aplicada e Estudos de Linguagem (PUC-SP), mestre em Distúrbios da Comunicação – PUC-SP, professora da Universidade Bandeirante de São Paulo e do Espaço de Fonoaudiologia “Fernando Cordeiro” e Fonoaudióloga Clínica.

As pesquisas que abordam esses quadros como perturbações articulatórias¹ referem-se a eles como sendo expressivos de uma: “inabilidade para produzir corretamente os padrões de sons de uma língua” (Powers, 1957). Nesses trabalhos, a reflexão sobre o distanciamento de um “padrão sonoro” assenta-se na oposição “habilidade/inabilidade motor-oral”. O que importa é, portanto, perseguir a etiologia das alterações articulatórias. Nesse sentido, a diferença que há entre tais estudos refere-se ao modo como cada um entende ser a *origem* dos problemas de articulação.

Powers (1957), por exemplo, faz uma extensa revisão de estudos sobre o dito “distúrbio articulatorio funcional” e sustenta que nenhuma variável isolada/independente pôde ser considerada como determinante das desordens motoras. Ela sugere que está em questão um *padrão causal*. Isso é, se uma causa isolada não pode ser identificada, deve-se inferir que *muitos* são os fatores que participam do estabelecimento do sintoma. Em outras palavras, se nenhuma variável independente pode ser considerada determinante, nenhuma pode também ser descartada.

Winitz e Lawrence (1961), a exemplo de Powers (1957), não apostam numa determinação etiológica definida e clara. Para eles, não há também *uma* variável determinante das “alterações articulatórias”. Eles descartam, inclusive, raízes cognitivas e orgânicas e retêm apenas variáveis ambientais. Assinalam que as “diferenças na habilidade articulatoria decorrem de um intrincado complexo de *contingências reforçadoras* que operaram no passado e que ainda operam” (p. 266) (ênfase minha).

Vê-se que a pluralidade causal é remetida a fatores relacionados unicamente a contingências de reforçamento. Locke (1969) também faz valer essa vertente behaviorista na explicação dos casos dos “distúrbios articulatorios funcionais”. Ele, porém, procura reduzir a gama das possibilidades etiológicas a *problema exclusivo de aprendizagem*.

Nessas pesquisas voltadas à discussão da etiologia das alterações *articulatórias*, a descrição do “som” alterado é veiculada pelos termos “omissão”, “subs-

1. Há, por exemplo, autores como Powers (1957), Winitz e Lawrence (1961), Locke (1969) e Spinelli, Massari e Trenche (1984).

tuição”, “distorção” e “adição”. Pode-se ver que é a presença de um erro *particular* na produção da fala que leva ao nome “distúrbio articulatório”. Chamam atenção, contudo, a naturalização do lingüístico e a remissão desses problemas na linguagem ao domínio do orgânico. Parece bastar, a esses pesquisadores, a descrição dos distúrbios articulatórios a partir das expressões acima sem nem ao menos suspeitar de sua frágil possibilidade de esclarecer o que se passa na fala.

Certamente, o privilégio atribuído ao processo fisiológico/orgânico da produção sonora desconsidera o fato de que os sons da fala (com alteração ou não) são *sons de uma língua*, ou seja, sons produzidos por um “corpo posturado pela língua” (Lier-De Vitto, 2000). Assim, entende-se o porquê dos termos “omissão/substituição/adição” que dizem de uma *situação local*, de uma relação entre *sons isolados* da combinatória restritiva da cadeia falada. O foco voltado para o motor/articulatório, portanto, é determinado pelo “esquecimento” de que um som de fala só ganha valor numa relação que supõe sua articulação com outros da língua.

Em outras palavras, não se pode analisar os sons em si mesmos. Centrar a atenção na *produção*, na articulação, exprime um descompromisso com questões sobre a linguagem. Não é sem razão, portanto, que a terapia sugerida para esses distúrbios não é afetada pelo “jogo etiológico” presente nesses estudos e que, independentemente das diferentes explicações causais, o atendimento clínico é assentado na idéia de correção da articulação desviante.

As propostas de padrões causais não iluminam o problema que se apresenta na fala. Entende-se porque *descrições* são intuitivas ou pré-teóricas: guiadas pelos efeitos imediatos da observação direta. Chama a atenção, apesar disso, a presença do termo “fonema” na maioria dos trabalhos. Seria o caso de supor que a Fonética e a Fonologia – áreas que se ocupam do sistema dos sons da fala – tenham sido consultadas e que tenham afetado o entendimento desse quadro? Não parece ser esse o caso.

Lê-se, por exemplo, em Spinelli, Massari e Trenche (1984) que o “aprendizado da produção *fonêmica*” é uma das etapas da terapia desses quadros. Segundo os autores, a partir de um treino de discriminação auditiva e de produção, crianças podem aprender os *movimentos necessários* à produção do *fonema* trabalhado. Supor que “fonema” possa ser aprendido é cometer um equívoco. Isso

porque “fonema” é *unidade teórica*, é materialidade intelectual – sua realidade não é sensível/audível. O erro está em identificar “fonema” a “som”. No interior desse equívoco, diz-se que um “fonema” pode ser treinado/trabalhado. Esse é o “eco” da Lingüística nos estudos sobre os distúrbios articulatórios. “Ecos”, na verdade, de um engano sobre a Lingüística, de uma leitura ingênua, desavisada.

Uma guinada explicativa na abordagem dos problemas de pronúncia é representada por estudos que concebem esses quadros como desabilidades/desvios fonológicos². Conseqüente a tal abordagem é o abandono da *questão da etiologia* em favor de uma leitura que focaliza o sintoma na fala. Apega-se, então, à sintomatologia desses desvios. Nesses trabalhos, os erros são assumidos como lingüísticos e de natureza fonológica. Há, assim, um distanciamento da “articulação” e uma aproximação declarada e explícita à Lingüística.

A publicação de *Phonological disability in children* de David Ingram, em 1976, foi, como bem assinalou Sinara Hütner (1999)³, o ponto de partida desse movimento. Esta fonoaudióloga chama a atenção para o fato de que foi um lingüista quem redefiniu os “distúrbios articulatórios funcionais” em *termos lingüísticos*. A “desabilidade fonológica”, segundo o autor, remete a uma dificuldade *na composição da pauta lingüística padrão*. Apesar da presença do termo “padrão”, que faz lembrar os trabalhos discutidos acima, ele será entendido como *dificuldade em estabelecer os contrastes* que resultam no tecido fonológico de uma língua.

Para exemplificar o modo como concebe esses “sistemas fonológicos desviantes”, Ingram analisa a linguagem de uma criança que transforma /s/ em /t/ ao mesmo tempo em que “substitui” /k/ por /s/. Ressalta que *a criança é capaz de produzir o som /s/, apesar de não poder fazê-lo em determinados contextos lingüísticos*. Conclui, então, que o problema presente na linguagem desta criança é de natureza fonológica e não articulatória, uma vez que esses sons *fazem parte do inventário fonético da criança, mas não são usados contrastivamente*.

-
2. Refiro-me aos trabalhos de Ingram (1976), Grunwell (1982), Yavas (1985), na Lingüística, e às pesquisas de Hodson e Paden (1981), Hodson (1989) e Issler (1983), na Fonoaudiologia.
 3. A fonoaudióloga Sinara dos Santos Hütner (1999) faz uma apresentação detalhada dos trabalhos dos pesquisadores do Rio Grande do Sul e uma historização cuidadosa desta linha de pensamento em sua dissertação de mestrado, no Programa de Distúrbios da Comunicação, (PUC-SP).

Na base dessas reflexões, está a teoria dos *traços distintivos* de Jakobson (1977). Segundo este autor, os fonemas são “sons munidos de um *valor distintivo* que podem diferenciar as palavras” (p. 36) (ênfase minha). Para ele, é a *função distintiva* que importa. Jakobson sublinha que o estudo da *matéria fônica em si* nada revela sobre o modo como a língua a põe a funcionar. Para ele, a Fonética interessa pouco à Lingüística e é a Fonologia, o estudo dos sons “à luz das funções” (p. 47), que deve interessar *mais* àqueles que se ocupam dos sons da fala.

Parece, também, o que interessa a fonoaudiólogos que se filiam à proposta de Ingram. Eles procuram se afastar dos estudos que abordam o som “em-si”, isto é, do ponto de vista acústico-articulatorio. Entretanto, se esse esforço pode ser observado no entendimento e na descrição da sintomatologia, o mesmo não se nota quando o que está em questão é a terapia desses casos. Na instância clínica, as diferenças em relação às propostas tradicionais não podem ser consideradas significantes. O problema que vejo é que o refinamento descritivo e analítico introduzido por esses estudos não chega a afetar o pensamento clínico, que permanece, digamos, guiado pelo ideal comportamentalista.

Hodson (1989), por exemplo, em um artigo sobre o *tratamento* dos desvios fonológicos, assinala que a diferença entre sua abordagem de recuperação e os programas articulatorios com base no som individual, que têm como alvo um “fonema de-cada-vez”, é o uso de ciclos para facilitar o desenvolvimento de *padrões fonológicos*. Ciclos, nas palavras da autora, são “períodos de tempo, durante os quais *todos os padrões fonológicos* que necessitam de terapia são facilitados em uma sucessão” (p. 172) (ênfase minha).

Hodson sugere que a vantagem desta abordagem é que ela, diferentemente da anterior (dos Distúrbios Articulatorios), permite a recuperação de *grupos* de fonemas organizados a partir dos processos fonológicos e apresentados ao paciente em uma ordem que facilita a *aprendizagem* e a *generalização*. Tem-se, segundo ela, um período de recuperação relativamente curto.

A autora associa esse ganho no tempo de intervenção ao fato de, em sua proposta, os fonemas servirem como um “meio para um fim”, em vez de serem um fim em si mesmos. Segundo ela, eles não são *ensinados* com base em critérios preestabelecidos. Em lugar disso, ela sugere a escolha de palavras (em vez de

sílabas) com o(s) fonema(s) alvo(s) que possam auxiliar a criança a desenvolver novas imagens auditivas e cinestésicas para o eventual propósito de *automonitoração*.

Como se vê, a crítica feita por Hodson à abordagem dos distúrbios articulatorios não recai sobre a noção de ensino/aprendizagem/generalização e auto-monitoração de um padrão de produção. A diferença que a autora ressalta, em sua proposta, é o modo como os fonemas são organizados e ordenados para a “prática de produção”. Dito de outro modo, na abordagem dos ciclos, insiste a idéia de correção de desvios fonológicos.

Hütner (1999) também constata que, para as fonoaudiólogas, o valor da aplicação da teoria dos traços distintivos no tratamento dos desvios fonológicos está na possibilidade de *generalização*. Em suas palavras:

a vantagem clínica residiria em que, ao invés de planejar a terapia com base em pares isolados de fonemas, pode-se planejá-la a partir do traço erroneamente generalizado. Vê-se que a vantagem remete ao fator economia. (p. 99)

Como diz Hütner, e também Faria (1995), a diferença sugerida por esta proposta está “no que” deverá ser apresentado para o ensino/aprendizagem. Ou seja, o fonema cede espaço a grupos de fonemas, e o ensino em sílabas dá lugar ao ensino em palavras criteriosamente selecionadas. Deve-se questionar, entretanto, a possibilidade de reduzir o sistema fonológico a um conjunto de palavras – substantivos e/ou verbos de ação – previamente selecionado e diretamente percebido/aprendido.

O problema é que, na instância da clínica fonoaudiológica, insiste-se, como disse, a equivalência entre “fonema” – realidade intelectual – e “som” – realidade sensível. Independentemente do que propõe a Linguística sobre o entendimento desses termos, na terapia dos distúrbios articulatorios ou das desabilidades fonológicas, é apagada a distinção entre “som” e “fonema”. O que merece atenção mais cuidadosa, portanto, é o que é dito na Linguística para que se possa diluir equívocos. O fato é que uma patologia na fala não pode se transformar em *comportamento* a ser modificado.

Jakobson (1977), em um livro intitulado *Seis lições sobre o som e o sentido*, reflete sobre o que chamou de o “mistério das palavras”. Quer dizer, o autor

discute o modo como os sons cumprem a função de “veículo do sentido” (p. 20). Para isso, ele faz uma revisão histórica sobre o assunto e dá a ver que foi ao longo do século XIX que a Lingüística se aproximou do estudo dos sons: estudo a que deu o nome de Fonética. Em suas palavras, os sons eram estudados a partir de um espírito rigorosamente empírico e naturalista:

Esquecia-se propositadamente o fato de se tratar de um significante, visto não ser de maneira nenhuma a função lingüística dos sons que interessava aos lingüistas, mas os sons como tais, os sons em carne e osso. (p. 21)

Jakobson quer ressaltar que a fonética da época dos neogramáticos dedicou-se apenas à articulação do som e não ao seu aspecto acústico. Segundo ele, apesar de os estudos da Fonética Acústica ocorrerem desde meados do século XIX, não encontraram eco na Lingüística Tradicional. À parte isso, o autor assinala que nem a Fonética Motora nem a Fonética Acústica foram capazes de “isolar as características pertinentes, os elementos constitutivos e imprescindíveis deste ou daquele som” (p. 29). Ele acrescenta, ao lado da expressão “ouvir”, a expressão “compreender”: “se quer ser ouvido para ser compreendido” (p. 30). Ou seja, para ele a “percepção” da linguagem envolve mais do que a de *sons*. Deve-se, então, rejeitar os “sons” como fenômenos motores e acústicos e concebê-los como fonemas: “sons munidos de um valor distintivo” (p. 36).

O autor dá a ver que a idéia de fonema, de *distintividade*, não é nova e associa a inauguração desta discussão a Baudouin de Courtenay, em 1870. Segundo Jakobson, foi esse pesquisador o responsável pela primeira noção de *fonema* como *valor*. Mas, é a Ferdinand de Saussure (1916) que Jakobson atribui a contribuição essencial para o estudo dos sons: a noção das relações entre os fonemas, numa palavra, a noção de *sistema fonológico*.

Quer dizer, para Saussure (1916), “os fonemas são antes do mais entidades opositivas, relativas e negativas”. Isto é, *não são* entidades positivas, elementos em-si. A esse sistema de fonemas claramente diferenciados ele dá o nome de “sistema fonológico” e sugere ser ele a única realidade fônica que deve interessar ao lingüista. Jakobson (1977) acompanha Saussure (1916), para quem aquilo que

interessa à análise *não são os movimentos do aparelho fonador* necessários para produzir uma impressão acústica, mas unicamente o *jogo de oposições* que a língua põe a funcionar.

Nesse sentido, Jakobson (1977) sublinha que as propriedades distintivas dos fonemas são entidades estritamente *opositivas* e que, por isso, uma propriedade distintiva *nunca está isolada* no sistema fonológico. Ele nos diz que cada uma dessas propriedades implica a *co-presença da propriedade oposta* no mesmo sistema. Em outras palavras, o autor pontua que o fonema “é a menor entidade lingüística de dois eixos: do eixo das simultaneidades e o das sucessividades” (p. 85).

Tanto para Saussure (1916) como para Jakobson (1977), o “jogo de oposições” resulta do fato de o *fonema ser diferencial puro e vazio*. Seu único conteúdo é sua *dissimilitude* em relação a todos os demais fonemas de um dado sistema. Adotar uma perspectiva lingüística do estudo dos sons significa, portanto, assumir que o sistema fonológico constitui *uma forma* (sistema de oposições) e, como tal, pode ser concebido sob seu aspecto algébrico, como entidade puramente intelectual que fixa sua individualidade, mas não seu caráter material.

Nesse sentido, o fonema é forma sem substância. Daí que não pode ser abordado isoladamente, como coisa em-si, como substância. Sobre essa oposição forma/substância, Saussure (1916) chama atenção para a resistência da Lingüística em aceitar que “a língua é uma forma e não uma substância” (p. 141). Segundo ele, os erros na terminologia lingüística e as maneiras incorretas de designar as coisas da língua provêm da (falsa) suposição de que há substância no fenômeno lingüístico.

Ora, se a Lingüística, desde Saussure (1916), enfrenta o “vazio” que caracteriza os elementos da língua, o mesmo não pode ser dito sobre a Fonoaudiologia, que, distante dos passos dos lingüistas, ainda se apegava a uma provável substância na língua. Se, como foi visto, o “som” em seu aspecto puramente articulatorio não tem lugar na Lingüística, na Fonoaudiologia, a associação entre alterações nos sons da fala e habilidades de produção e de discriminação insiste e se faz ver com clareza nas propostas de reabilitação.

Por isso, uma outra associação *natural* se apresenta na Patologia da Linguagem, aquela que torna equivalentes os termos “sons” e “fonemas”. Se é no

“jogo de oposições” que o “fonema” ganha determinação, como sustentar um procedimento terapêutico assentado no ensino de um ou mais fonemas? Enfim, a Fonoaudiologia aproxima-se da Lingüística, mas incorpora ao seu discurso conceitos de forma irrefletida, desprovidos de seu valor teórico. É por essa razão que os “ecos” da Lingüística, nos estudos sobre patologias da linguagem, devem ser vistos menos como “ecos” da Lingüística e mais como “ecos” de uma aproximação ingênua, “ecos” de um “mau encontro” (Lier-De Vitto, 1995).

Procurei ressaltar neste trabalho um modo de relação do fonoaudiólogo com o lingüístico. Termos são utilizados, e desconsiderada é a trama teórica em que eles se inserem e ganham estatuto de conceito. Assinalei que, por essa razão, “som” e “fonema” são utilizados como equivalentes. O fato é que o fonoaudiólogo não pode se esquivar da fala e da linguagem. Considero, portanto, que penetrar teorizações no campo da Lingüística seja um passo necessário: ali a linguagem (língua e fala) é objeto.

Trabalhos fonoaudiológicos sobre os ditos distúrbios articulatórios que já sinalizam essa aproximação parecem retratar um ganho interpretativo de dados de fala. Contudo, procedimentos terapêuticos permaneceram inalterados – aí o lingüístico é recuado e impera a noção de ensino/aprendizagem, que é propriamente psicológica. Mesmo que, na Lingüística, o “clínico” fique em desabrigo (“clínica” não é assunto desta área) para movimentar uma reflexão consistente sobre essa ação, parece-me importante que um diálogo teórico com a ciência que tem a linguagem em foco deva ser encaminhado.

Meu objetivo foi indicar equívocos terminológicos e teóricos, gesto primeiro para a elaboração de um discurso sólido sobre a clínica que implica a linguagem. Procurei exercitar um modo de aproximação teórica à Lingüística, tendo como motivo os distúrbios articulatórios. Tratei de tornar público “velhos” problemas e levantar algumas questões. Muito há a dizer, mas penso que, para que a Fonoaudiologia possa vir a vislumbrar a possibilidade de um dizer “científico” sobre a fala patológica, a relação com a Lingüística deve tomar outro rumo: uma relação em que “fala/linguagem”, tão cara a nós, fonoaudiólogos, possa ser efetivamente problematizada.

Resumo

Na Lingüística, acompanhando Jakobson (1977), “som” é matéria fônica enquanto “fonema” é termo que remete à idéia de distintividade – não tem valor em si mesmo. Na Fonoaudiologia, entretanto, “som” e “fonema” são, frequentemente, tidos como sinônimos, e seu uso tem sido, portanto, intercambiável. Resultado dessa leitura a-teórica de conceitos da Lingüística reflete-se diretamente no tratamento dos Distúrbios Articulatorios – o fonoaudiólogo não vê problemas em indicar procedimentos de “instalação de fonemas”, por exemplo. Pretendo, por isso, discutir o modo como noções e conceitos da Fonética/Fonologia aparecem na Fonoaudiologia, principalmente nos estudos sobre os distúrbios articulatorios.

Palavras-chave: articulação, som, fonema

Abstract

In Linguistics, according to Jakobson (1977), “sound” is considered to be a phonic substance, while “phoneme” is a term that leads to the idea of distinctiveness – it has no value in itself. However, in Speech-Language Pathology, “sound” and “phoneme” are frequently considered to be synonyms, and consequently, their use is interchangeable. This pre-theoretical approach to Linguistics’ concepts has a direct influence on the Articulation Disorders therapy – language therapists, for example, have no constraint in indicating “phoneme installation” procedures. For this reason, I intend to discuss how Phonetic/Phonology’s ideas and concepts are dealt with in the Speech-Language Pathology, mainly in Articulation Disorders research.

Key-words: : articulation, sound, phoneme.

Resumen

En Lingüística, siguiendo a Jakobson (1977), el “sonido” es la materia fónica, mientras el fonema es un término que nos remite a la idea de distintividad y no tiene valor en sí mismo. Sin embargo, en Fonoaudiología, sonido y fonema

son frecuentemente tomados como sinónimos, y su uso es tomado como intercambiable. El resultado de esta lectura no teórica de conceptos de la Lingüística se refleja directamente en el tratamiento de los disturbios articulatorios: al fonoaudiólogo, por ejemplo, no le parece problemático prescribir procedimientos de "instalación de fonemas". Por eso tengo la intención de discutir el modo en que aparecen las nociones y los conceptos de Fonética y Fonología en la Fonoaudiología, principalmente en los estudios sobre los disturbios articulatorios.

Palabras claves: articulación, sonido, fonema.

Referências bibliográficas

- FARIA, V. O. (1995). *Por entre os distúrbios articulatórios: questões e inquietações*. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica, dissertação de mestrado.
- GRUNWELL, P. (1982). *Clinical phonology*. Londres, Croom Helm.
- HODSON, B. W. (1989). "Tratamento fonológico para crianças de fala ininteligível e implicações em diferentes línguas". In: Yavas, M. S. (org.) *Desvios fonológicos em crianças: teoria, pesquisa e tratamento*. Porto Alegre, Mercado Aberto.
- HODSON, B. W. e PADEN, E. P. (1981). Phonological processes which characterize unintelligible and intelligible speech in early childhood. *Journal of speech and hearing disorders* 46, pp. 369-73.
- HÜTNER, S. (1999). *Distúrbios fonológicos evolutivos: da articulação à fonologia*. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica, dissertação de mestrado.
- INGRAM, D. (1976). *Phonological disability in children*. Londres, Edward Arnold.
- ISSLER, S. (1987). *Articulação e linguagem*. Rio de Janeiro, Antares.
- JAKOBSON, R. (1977). *Seis lições sobre o som e o sentido*. Lisboa, Moraes.
- LIER-DE VITTO, M. F. (1995). "Contribuições da Lingüística à Fonoaudiologia". *Distúrbios da Comunicação* 7 (2). São Paulo, Educ.

- _____. (2000). "Patologias da linguagem: subversão posta em ato". In: LEITE, N. (org.). *Corpo e linguagem* (no prelo).
- LOCKE, J. L. (1969). "Short-term auditory memory, oral perception, and experimental sound learning". *Journal of speech and hearing research* 12, pp. 185-92.
- POWERS, M. (1957). "Functional disorders of articulation: symptomatology and etiology". In: *Handbook of speech pathology and audiology*. Nova York, Appleton-Century-Crofts.
- SAUSSURE, F. (1989). *Curso de lingüística geral*. Bally, C. e Sechehaye, A. (orgs.). São Paulo, Cultrix, 1916 (1 ed.).
- SPINELLI, V. P., MASSARI, I. C. e TRENCHÉ, M. C. (1989). "Distúrbios articulatórios". In: *Temas de Fonoaudiologia*. São Paulo, Loyola.
- YAVAS, M. S. (1985). *Desvios fonológicos em crianças: teoria, pesquisa e tratamento*. Porto Alegre, Mercado Aberto.
- WINITZ, H. e LAWRENCE, M. (1961). "Children's articulation and sound learning ability". *Journal of speech and hearing research* 4 (3), pp. 259-68.

Recebido em set/00; aprovado em mai/01.